

Universidade de Portugal: constituição cultural e política

Terezinha de Oliveira¹

Mariana Vieira Sarache²

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a institucionalização da Universidade em Portugal, relacionando-a com a figura do seu fundador, D. Dinis (1261-1325). Consideramos que essa instituição, mesmo em meio a dificuldades explicitadas no texto, colaborou com a construção da identidade nacional, então no seu alvorecer. Observamos que nossa análise teórica sobre o tema será a história social.

Palavras Chave: História da Educação Medieval. Universidade de Portugal. Influência francesa.

Abstract: The objective of this paper is to discuss the institutionalization of the university in Portugal, linking it to the figure of its founder, D. Dinis (1261-1325). We believe that this institution, even amid difficulties explained in the text, collaborated with the construction of national identity, then in its dawn. We note that our theoretical analysis on the topic is the social history.

Keywords: History of Medieval Education. University of Portugal. French influence.

Introdução

O intuito deste trabalho é apresentar um estudo de questões que permearam a constituição da Universidade em Portugal, na qual percebemos que, em consonância, se constituiu o Estado português. Essa instituição de ensino vem ao encontro de interesses que consolidavam, no reino português, um ideário de constituição da nacionalidade, no final do século XIII. Mesmo que tenha se formado com base no modelo de territórios já existentes, a Universidade auxilia na elaboração de uma cultura que deve ser desenvolvida e caracterizada em consonância com o Estado que então se configurava. Realizamos este estudo por meio da leitura de documentos e textos utilizados por historiadores de Portugal como Almeida (1922), Ameal (1968), Saraiva (1950), relacionando-os com a situação cultural da França, a partir da época de Tomás de Aquino (1225-1274).

Assim, examinaremos o surgimento da Universidade de Portugal e a estrutura que estava em seu entorno, ou seja, a sociedade e o modo de pensar e agir dos homens de então, seguindo a concepção de história de Marc Bloch, cujo fundamento está na ideia de longa duração, isto é, que a história é contínua e tem de ser analisada em seus aspectos individuais e sociais. Mais ainda, que os aspectos políticos, econômicos e sociais devem ser vistos como frações de um todo e que somente poderemos compreender o conjunto, dirigindo-se para os seus elementos singulares considerando-os como pertencentes a um conjunto.

Baseando-nos nessa concepção, consideramos os diversos acontecimentos em sua totalidade, fato que nos permite verificar que é à vontade e a ação do homem que move a história. Assim, se o homem não enfrenta as questões da sua época, não se posiciona diante delas, não assumindo as implicações em ser parte da sociedade, não existe a possibilidade de a sociedade sobreviver. Na passagem que segue abaixo, Bloch também trata da questão de que não há como olhar o processo feito pelo homem

¹. Professora da Universidade Estadual de Maringá. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, especialmente em Filosofia e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: transformação social, história da educação na Idade Média, escolástica, filosofia da educação na Idade Média, Intelectuais e Instituições Educacionais na Idade Média e formação de professores.

². Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

sem o considerar em suas particularidades, sintetizando que obra social é a ação do homem e o homem é a convivência social.

[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caçaⁱ.

O Historiador trata o próprio ofício, o de compreender a história, como algo minucioso e complexo, pois, entender a história não se resume em olhar os fatos simplesmente, mas analisar os homens como um conjunto que forma as relações e constitui as possibilidades para seu desenvolvimento.

Bloch se fundamentava na junção dos conceitos da ciência social para compreensão histórica, partindo de princípios multidisciplinares, ou seja, considerando os conhecimentos gerais para atingir um conhecimento específico de interpretação da história. Isso é explicado em sua obra *Apologia da História* ou *Ofício do Historiador*, que nos remete à ideia de que ser historiador é compreender o homem em uma esfera individual e social ao mesmo tempo. Após essas considerações acerca do caminho teórico que percorremos, passaremos à análise do nosso objeto de estudo.

A Universidade em Portugal: contexto e fundação

O desenvolvimento, no Ocidente medieval, das cidades, do comércio e, principalmente, da educação, com a constituição da Universidade, foram processos que influenciaram a formação do Estado português.

A Universidade como *locus* do saber cultural e de um modelo de educação daquele período, por meio da teologia, medicina e do direito, possibilitou o desenvolvimento da cultura e dos princípios administrativos, de uma forma geral.

Nesse sentido, também os reis viram-se respaldados, teoricamente, pelo discurso do direito romano nas Universidades e com a formação dos estudantes nessa área, pois forneciam, dentre outros, argumentos para que os reis pudessem questionar a posição da Igreja.

As ordens religiosas ‘tradicionais’, ao lado das ordens mendicantes, recém fundadas, fomentaram e consolidaram a cultura portuguesa no pensamento da cristandade européia e a Universidade, nessa conjuntura, reforçou o espírito de religiosidade, mas, ao mesmo tempo, promoveu inovações no pensamento e no ensino no interior do reino português, especialmente no que diz respeito à medicina. Indubitavelmente, foram essas as principais condições ‘civilizatorias’ que possibilitaram a constituição do Estado português, final da Idade Média e início da Modernidade.

Segundo Saraiva (1950), Portugal teve sua nacionalidade construída aos poucos, firmando sua cultura, graças a alguns estudiosos que se formaram na França, como João XXIⁱⁱ, escritor de língua latina. Portugal, nesse sentido recebeu influências da nação francesa e estas o ajudaram na sua constituição enquanto Estado. Como

exemplo, podemos citar a cultura monástica francesa. No século XIII, a Igreja tinha conquistado um caráter de universidade.

Pode assim dizer que, este aspecto, a cultura portuguesa está em formação, exatamente como está em formação à sociedade portuguesa. Sob o ponto de vista político é ela inicialmente um feudo da Santa Sé, que por outro lado gravita na órbita dos reinos peninsulares, quer procurando escapar à suserania quer intervindo nas lutas entre aqueles vários estadosⁱⁱⁱ.

Essa situação de suserania que Portugal tinha foi sendo desfeita por meio de lutas e de intervenções culturais; aos poucos foi rompendo com a vassalagem e a dependência, particularmente política, em relação à Espanha e inclinando-se para as tendências que floresciam na França.

Certamente essa nova tendência cultural conduziu à fundação da primeira Universidade em Portugal, instituída no reinado de D. Dinis (1261-1325).

A fundação da Universidade aparece justamente quando os conflitos entre D. Dinis e os bispos chegam ao fim, com a concordata de 1288. Não sabemos bem, ao fim e ao cabo, em que consistiu exactamente o ensino do Direito das Universidades de Lisboa e Coimbra. Mas é de supor que a sua prática regular tivesse também contribuído para se construir um quadro habitual de aplicação, de solução dos conflitos mais habituais e de assimilação difusa dos princípios de solução que a referência a códigos tão incontestados como o *Corpus Iuris Canonicus* e o *Corpus Iuris Civilis* obviamente facilitava.^{iv}

A partir do momento em que se assentam os conflitos entre o clero e a coroa a Universidade ganha espaço na sociedade portuguesa e foi neste meio que se elaboraram novas formas para tratar das atividades mais habituais, segundo Mattoso.

A Universidade surge da necessidade de uma reelaboração do pensamento e da cultura, dando ensejo, por meio de escritos de mestres como Tomás de Aquino, a repensar os conceitos que regiam a vida social e pessoal, ou seja, a partir do momento em que surge a Universidade os homens de dela fizeram parte puderam ter contato com uma nova forma de ensino, e por conseguinte, a sociedade passa a enxergar a Universidade como um novo espaço de autoridade intelectual.

Assim, conforme as condições de desenvolvimento se firmavam e apresentavam novos rumos nos aspectos, econômico, político, cultural e, até mesmo, no universo da religiosidade, assiste-se a uma profunda renovação do pensamento português.

Tornam-se conhecidas as obras de Aristóteles em novas traduções, primeiro feitas sobre os textos dos tradutores árabes, depois directamente do grego, e por elas ascende-se às principais aquisições científicas e filosóficas da Antiguidade; o pensamento da Igreja reelabora-se numa síntese fortemente estruturada, cujo principal definidor é S. Tomás de Aquino, para se adaptar ao novo nível de conhecimentos. Aos vagos clarões da sabedoria antiga que a Idade Média na primeira fase recolhera através dos compiladores do fim do

mundo antigo, sucede o começo alvorecente de um mundo cultural novo.^v

A Universidade se respalda sobre esse pilar, ou seja, a partir das ideias de Tomás de Aquino. Assim, o pensamento da Igreja também se reelabora, pois teologia e filosofia caminhavam juntas para o mestre Aquinate. Em Portugal, os mosteiros ainda são de uma força muito influente nos séculos XIII e XIV. Estes recebem essas novas formulações. Dessa forma o convento e a Universidade terão no início de sua fundação uma postura de concorrência. Saraiva explicita isso:

A partir dos fins do século XIII, a universidade tende a concorrer, como centro de cultura, com as ordens monásticas; e na corte elaboram-se traduções de textos jurídicos, históricos e literários, copiam-se códices, e inicia-se uma biblioteca real. Com D. Dinis esboça-se claramente um núcleo cultural português.^{vi}

Em 1255 acabava de se completar a constituição do território português com a conquista do Algarve (1250); e governava o rei que, juntamente com seu filho D. Dinis, seria na primeira dinastia o principal administrador e organizador do poder real. Na corte desse mesmo rei onde viveram e poetaram alguns jograis e trovadores, esboça-se o primeiro foco de cultura com sede em Portugal. A organização do Estado e a estruturação da cultura a par.^{vii}

Na verdade, o que podemos observar é que, em Portugal, ainda que as ideias novas estejam se firmando, a formação monástica, por seu tradicionalismo e sustentação histórica exerce na sociedade portuguesa grande influência. Dessa forma, há uma necessidade de justificar a criação da Universidade como centro de formação, já que a existência dos mosteiros parecia ser suficiente.

Dois grandes motivos existiram para a criação da Universidade, segundo José Mattoso, um deles era a dificuldade de acesso aos estudos, que só havia em outros países. O outro motivo era o interesse expresso por esta instituição. Esta situação permite solicitar-se ao Papa a criação dos Estudos Gerais. Nessa solicitação, D. Dinis compara o conhecimento à sabedoria divina, argumentando que, sendo eles (reis) formados por tal sabedoria, poderiam governar súditos no caminho que levaria a Deus. Assim, as pessoas que tivessem a oportunidade de saber esses conhecimentos oriundos da Universidade seriam formadas intelectual e moralmente.

Para D. Dinis, a fundação da Universidade era o melhor meio de cultivar <<aquele admirável tesouro de ciência, que, quanto mais se derrama, mais aumenta sua uberdade, ilumina espiritual e temporalmente o Mundo, porque, com a sua aquisição, todos nós, os católicos, conhecemos a Deus [...], e também porque, sendo Nós [...] obedecidos de nossos súbditos, a vida destes é, por virtude dessa obediência, informada com a ministração da justiça ensinada por aquela ciência>>^{viii}.

A ideia, portanto, de trazer para Portugal a oportunidade de estudos de conhecimentos que proporcionassem o desenvolvimento espiritual e intelectual se apresenta como uma atitude de esforço para alcançar o desenvolvimento da pessoa e do reino rumo a uma possível perfeição divina. Outro aspecto que também está

implícito nesta passagem é a ideia de que o Rei, sendo responsável por dirigir o povo, não pode deixar de conhecer o ‘tanto mais’ que lhe for possível. Nesse sentido, D. Dinis expressava o valor que atribui ao estudo e explicita mais do que um apoio a essa instituição, uma iniciativa de ‘grande valia’.

Em relação à dificuldade de acesso a Universidade em outros países, o Rei destaca que os estudantes não tinham condições financeiras para se formarem em uma Universidade que, até então, só havia no exterior. Essas teriam a chance de fazê-lo no próprio território, por outro lado, essa instituição possibilitou a formação de pessoas para ocupar cargos e funções os quais o reino era carente.

O que pode ser ressaltado então quanto a essa vinda da Universidade e o motivo pela qual ela não conquistou tanta repercussão na própria sociedade portuguesa foi que, apesar de seu fundador ter se empenhado para mantê-la e investido em sua formulação, outros reis (MATTOSO, 1994) posteriores não deram continuidade a esse projeto e a Universidade ficou legada ao interesse das ordens religiosas que não davam conta de suprir todas as necessidades dessa instituição. Mattoso assim descreve essa condição da Universidade portuguesa:

[...] como se o ensino superior tivesse sido uma constante preocupação de todos os monarcas e estes o protegessem e orientassem sempre com esclarecida e generosa solicitude. Ora a documentação existente não permite sustentar tão idílica visão acerca das relações entre o poder político e o escol da intelectualidade nacional.^{ix}

Esta citação expressa que o ensino universitário sofreu os descasos de monarcas que não quiseram dar continuidade à ideia do fundador da instituição, D. Dinis, e a posição da outra força intelectual da nação, o clero, não se diferiu das dos reis.

Mesmo os eclesiásticos, depois da iniciativa tomada em 1288, em que se adiantaram ao rei na criação da Universidade, não voltam mais a considerar que também a eles compete fazer alguma coisa para os estudos superiores.^x

Nesse sentido, vemos que existiram muitas dificuldades para que a Universidade se desenvolvesse a ponto de alcançar um nível de excelência ou mesmo de ‘competir’ com as Universidades de outras regiões do continente a ela.

Em contrapartida, a Universidade foi tomando um espaço que, fundamentalmente, representou uma supremacia simbólica de modo geral, pois se tornou um meio formador de pessoas necessárias às atividades concernentes ao cotidiano e, ao mesmo tempo, um caminho para a mudança de condição social porque permitia ascensão social.

Com efeito, muitos dos mestres e estudantes não eram nobres nem tinham de clérigos se não as ordens menores. O estudo era a porta por onde um considerável número de gente de origem vilã entrava na apetecida coutada da aristocracia.^{xi}

Essa repercussão social da Universidade possibilitou a formação de pessoas que não teriam condições de estudar e de se formar em virtude da sua situação

financeira. Usualmente a Universidade junto com o Concelho de Santarém favorecia aos estudantes pobres, concedendo à eles, uma série de privilégios. Esses privilégios foram criticados por parte da sociedade que não considerava justa essas concessões.

Como é sabido, são numerosos os testemunhos acerca de conflitos entre estudantes e cidadãos, quer devido a eventuais desmandos de gente nova, quer por causa de privilégio de foro, que subtraía os universitários a jurisdição municipal, quer em virtude das isenções de portagem e outros impostos concelhios, quer, enfim, pelas condições excepcionais que lhes eram concedidas em matéria de preços dos gêneros (almotaçaria), e de rendas de casas.^{xii}

Ainda que os privilégios dados aos estudantes fossem criticados pela sociedade, eles produziram resultados positivos, já que se tornaram uma das principais condições para a formação de pessoas para ocuparem administrativos necessários ao funcionamento da estrutura social. Com efeito, dessa camada de alunos pobres, subvencionados pelos privilégios, formavam-se letrados, oficiais de justiça e muitos clérigos.

O próprio povo, fundamentado no discurso propagado pela Igreja, acreditava que assim, tendo mais pessoas providas de conhecimentos e com uma formação de caráter racional, o uso da violência seria substituído pelo uso da razão e os estudantes, portanto, poderiam compor uma nova classe, formada em amplos aspectos intelectuais, sociais e morais.

Apesar da diferença conflitante entre o desenvolvimento das Universidades em outros territórios e a de Portugal, essa última conseguiu, em grande medida, conquistar uma característica fundamental em seu entorno social, uma vez que essa instituição foi, aos poucos, ganhando e fornecendo apoio, na esfera política, aos reis e administradores da nação. Acerca dessa questão, Mattoso (1997) evidencia a falta de valorização que os graduados, em Portugal, tinham em relação aos que estudavam no exterior, muitas vezes subvencionados ou por Santarém ou pela corte.

De modo geral, ainda que a Universidade de Portugal tenha passado pelos ensejos dos quais foram provenientes de sua formulação estrutural e de sua época, ou seja, as dificuldades de desenvolver-se como meio formador, ela foi peça chave na manutenção do equilíbrio social. Isso não quer dizer que aquele período permaneceu estático, pelo contrário, proporcionou o conhecimento a um número maior de pessoas, ora favorecendo a posição social, para sustentar-se em seus privilégios, ora trazendo para o meio social e intelectual, majoritariamente inacessível às outras classes, pessoas que, pela oportunidade cedida pelos próprios privilégios, empenharam-se em conquistar uma condição melhor tanto no âmbito intelectual como social.

D. Dinis e a sua formação

Tendo apreendido a cultura da Europa, visto o seu desenvolvimento comercial e ter sido formado em meio à reformulação do pensamento medieval, D. Dinis^{xiii} (1261-1325) adquiriu um conhecimento que o possibilitou a abrir caminhos para o processo de implantação de uma cultura próxima da que considerava a ideal, ou seja, similar às sociedades francesa e italiana.

Essa cultura não negava os aspectos medievais a ponto de propor uma transformação profunda, mas propagava, por meio da renovação do pensamento da Igreja católica, uma nova forma de conceber o homem e suas relações. De acordo com a historiografia formulada por Almeida, Mattoso e Saraiva, o renascimento comercial

foi o ponto de partida para que o reino português estabelecesse relações com diversas outras regiões. Esta movimentação comercial criou a necessidade de um novo conhecimento, o conhecimento de cunho racional, aristotélico, em voga nas principais nações europeias, se não a aceitação de uma determinada comunidade, ao menos a tolerância e o respeito por esses.

Além disso, a forma de tratar dos assuntos mais polêmicos em relação à Igreja e à convivência social por meio da escolástica reforça a necessidade de um lugar para se discutir essas novas ideias e as contradições e contra-argumentações à elas. Nesse sentido, D. Dinis foi o primeiro rei que recebeu uma educação formal em Portugal^{xiv}, entrando em contato, por meio dela, com as novas ideias, ou seja, com a cultura que permeava outros territórios da Europa, por meio de sua aproximação com professores que tinham sua formação de origem francesa.

Segundo Almeida (1922), a historiografia examinou este contexto da perspectiva nacionalista, procurando destacar o papel dos reis de Portugal no processo de constituição da nação.

O autor afirma ainda que, em virtude do rei ter sido “Educado em tais cuidados, o novo monarca deu ao seu governo, sob diversos aspectos, esplendor que anteriormente se não virá”^{xv}. O Rei foi educado pelo Aio^{xvi}. Lourenço Gonçalves Magro, que tinha grande prestígio pela tradição familiar^{xvii}. Este preceptor recebeu o encargo de educá-lo nas letras dos grandes mestres educadores. Almeida^{xviii} afirma que os reflexos dessa educação aparecem no seu modo de governar, na eleição de suas prioridades e na importância que concedia aos aspectos que foram fundamentais no desenvolvimento da nação portuguesa.^{xix}

Em seu governo, D. Dinis incentivou as escolas, valorizou a ciência e afirmava que o pensamento da Igreja se valia de princípios ultrapassados e que, por isso, deveriam ser combatidos para se retirar dela o domínio geral sobre a sociedade e diminuir, por consequência, os conflitos entre esses dois poderes. Este monarca fez valer o seu ponto de vista na medida em que, conhecendo o direito romano, faz uso dele para conter as disputas eclesiásticas em seu território. Com isso, o rei conseguiu o poder almejado e durante o seu governo nenhuma bula papal era publicada sem a sua aprovação.

O rei, ao receber uma educação formal, teve como propósito apreender o conhecimento mais valorizado em seu tempo. Ao tomar como princípio o modelo de educação francês, fundamentado na escolástica, e tendo como mestres os melhores membros da Universidade de Paris, teve uma educação esmerada a ponto de se constituir em modelo.

Seu intuito era de ser um governante bem sucedido, nesse sentido suas decisões influenciadas pela formação sólida que recebera era ponto de partida para conquistar o máximo de desenvolvimento que fosse possível a Portugal naquele momento.

Foi, então, por conta da dificuldade de se deslocar para outros países que os priores dos mosteiros, juntamente com alguns clérigos de igrejas, suplicaram ao Papa, por meio de uma carta, que pedisse para o rei D. Dinis a aprovação e auxílio para a criação de uma instituição que fosse destinada aos estudos gerais.

Os motivos alegados para que tal feito fosse aprovado eram que, além da distância que se tinha de enfrentar, existiam os perigos e alguns dos interessados em se dedicar ao conhecimento poderiam desistir em meio a tantos entraves que poderiam encontrar durante o deslocamento e estadia nessas regiões distantes dos seus respectivos rendimentos.

D. Dinis, sabendo da importância da existência de uma universidade, criou o que era chamado de Estudos Gerais, que foi instituído em primeiro de março de 1290. Este estudo geral localizava-se em Lisboa, lugar ao qual o Rei era ligado desde seu nascimento. O Papa Nicolau IV confirmou-o em nove de Agosto do mesmo ano.

A cultura intelectual nos mosteiros, entre o clero secular e na própria corte de D. Dinis, era bastante intensa para que surgisse o pensamento de criar uma universidade no reino, a fim de facilitar os estudos àqueles que quisessem segui-los. As viagens ao estrangeiro, para estudar noutras universidades, além de muito dispendiosas, eram cheias de perigos e trabalhos. Tudo isto representou o clero a El-Rei, pedindo-lhe que criasse um <<estudo geral>> no reino.

A ideia foi bem recebida de D. Dinis; por sua parte os eclesiásticos iniciadores do projecto assentaram entre si, com o consentimento de El-Rei, como padroeiro das igrejas e mosteiros, que o salário dos mestres e doutores se pagasse das rendas das mesmas casas, taxando logo a soma com que devia contribuir cada uma, reservada a sua cônica sustentação. Como na Europa se considerava o papado protector nato das universidades e fonte da suprema autoridade na organização e funcionamento delas, o clero dirigiu uma petição ao pontífice pedindo-lhe que confirmasse << uma obra tão pia e louvável >>.

Esse projecto da fundação de uma universidade relacionava-se com a existência do colégio de Santos Paulo, Eloi e Clemente, que um dos protectores de D. Dinis, D. Domingos Anes Jardo, fundara em Lisboa, em 1286, e se desenvolvia sob a protecção do monarca e dos monges de Alcobaça. Assim teve a universidade portuguesa origem semelhante à de quasi todas as universidades fundadas na idade média, as quais ordinariamente começavam em escolas livres que os príncipes tomavam sob sua protecção.^{xx}

A Universidade foi deslocada, em 1308, para Coimbra, em virtude da peste que assolava Lisboa e, também, por causa dos conflitos que os estudantes criaram com os habitantes dessa cidade.

Desse modo, é preciso destacar que a educação de D. Dinis foi um dos aspectos centrais para o estabelecimento da Universidade e, ao mesmo tempo, para a consolidação do reino português. Segundo Ameal (1968), o rei foi reconhecido em vários aspectos e era considerado pelo povo como pai da nação. Isso se mostra até mesmo no âmbito interno, ao exaltar o trabalho dos lavradores e se posicionar também como lavrador, impedindo que o clero se apropriasse de largas extensões de terras e distribuindo-as de forma mais equitativa. Ele incentivou também as feiras populares, intensificando as trocas. Fortaleceu as relações com outros países europeus, além da Inglaterra, norte da França e Flandres, promovendo uma formação com vista a consolidar o Estado.

Considerações finais

Nesse texto, em linhas gerais, buscamos analisar, o processo de criação da Universidade e a importância de D. Dinis e de suas medidas políticas que culminaram no desenvolvimento cultural de Portugal. A nosso ver, essa instituição foi fundamental nesse processo de construção de uma nova forma de conhecimento e de identidade social. Assim, por meio dela criou-se a possibilidade de mudanças nos hábitos em vários segmentos sociais, especialmente na ambiência cidadina.

O conhecimento relacionado ao renascimento comercial, às novas necessidades postas por um modelo de pensar a humanidade chegou até D. Dinis como ponto de partida para uma filosofia de vida. O rei foi educado para governar e para constituir uma nação, e isso só foi possível em virtude da sua formação. Ao ser educado para ser rei, foi orientado a seguir os mais nobres modelos de governante, como a ideia aristotélica de governar para o bem comum, difundida pelos mestres e intelectuais na Europa desde o século XII. Isso exerceu grande influência, vindo (mesmo que indiretamente) da educação da Universidade de Paris para a constituição da Universidade de Portugal, ao ter sido modelo de formulação para o desenvolvimento do rei D. Dinis.

A importância do conhecimento, de assegurar a permanência do conhecimento produzido até aquele momento, a iniciativa de instituir novas escolas e a preocupação com a manutenção da Universidade como instituição proporcionaram a D. Dinis, como governante, certa liberdade que não existia em Portugal até então em virtude do forte poder eclesiástico. Ou seja, na medida em que percebem as possibilidades do diálogo com a Igreja por meio do conhecimento das leis, o rei percebeu que não havia a necessidade de depender tão somente dessa instituição para reger seu território e fazê-lo desenvolver-se.

Neste sentido estudamos a Universidade como ponto de partida para compreendermos e justificarmos o fato de ela ser a instituição que proporciona o conhecimento, tanto no século em que foi criada, como até os dias de hoje.

Para nós, ela favorece o desenvolvimento da sociedade como um todo, pois é nela que produzimos o conhecimento de cunho mais geral e, além disso, a educação, nela propagada, deve ser condição para proporcionar a emancipação necessária aos homens que almejam a liberdade.

Ao afirmarmos isso pensamos como educadores e pretendemos que aquele que esteja inserido nessa instituição de ensino, a Universidade, tenha consigo a ideia de que o conhecimento deve ser absorvido no sentido de dirigir nossas ações, por conseguinte, nortear nosso pensamento e nos prover de consciência de que nossos atos influenciam a sociedade em que vivemos.

Referências

ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**. Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1922, 2 vs. Tomo I.

AMEAL, João. **História de Portugal**: das origens até 1940. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, O ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MATTOSO, José. O Suporte Social da Universidade de Lisboa- Coimbra (1290-1527). **Revista Penélope, fazer e desfazer a história**, Lisboa, nº 13, p. 23-35, 1994.

MATTOSO, José. (texto). A universidade portuguesa e as universidades europeias. In: MATTOSO, José. **História da Universidade em Portugal**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Ltda. 1997. p. 3-29.

PORTUGAL - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. v. III, p. 1057-1058. Disponível em: <<<http://www.arqnet.pt/dicionario/joao21papa.html>>> Acesso em: 29. Jun. 2013

PIMPÃO, João da Costa. In: **Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura** – v. 23. Disponível em: <<[http://www.cm-odivelas.pt/Extras/BMDD/anexos/biografia_d di nis.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/Extras/BMDD/anexos/biografia_d_di nis.pdf)>>. Acesso em: 30 jun 2013.

SARAIVA, António José. **História da cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, v. 1.

Notas

- ⁱ BLOCH, Marc. **A apologia da história**, ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 54.
- ⁱⁱ Papa, natural da cidade de Lisboa, nascido na freguesia de S. Julião e falecido em 16 de Maio de 1277. “[...]seguiu também a profissão de médico, como seu pai, e foi muito douto em Filosofia e nas ciências matemáticas, como se manifesta das muitas obras e de muita erudição, que deixou escritas, entre as quais é especialmente laureado o tratado *Thesaurus pauperum* muitas vezes impresso e traduzido em várias línguas, e outro intitulado *De tuenda valetudine*, que se não imprimiu, e dedicou em Paris à rainha D. Branca, filha de Afonso IX, de Castela, e mulher de Luís VIII, de França. João XXI provia sempre nos benefícios os que mais se distinguiam por virtudes e letras, que ele tanto amava, que sustentava com abundantes pensões todos os moços aplicados em que reconhecia talento e davam esperanças de aproveitar no estado eclesiástico” (Dicionário Histórico [191?], v. III, p. 1057-1058).
- ⁱⁱⁱ SARAIVA, Antonio José. **História da cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Foro, 1950, v. 1, p. 16.
- ^{iv} MATTOSO, José. A Universidade Portuguesa e as universidades europeias. In: MATTOSO, J. **História da Universidade em Portugal**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 03-29, p. 18.
- ^v SARAIVA, Op. Cit., p. 18.
- ^{vi} SARAIVA, Op. Cit, p. 16
- ^{vii} SARAIVA, Op, Cit, p. 19
- ^{viii} MATOSSO, José. O Suporte Social da Universidade de Lisboa-Coimbra (1290-1527). Revista Penélope, fazer e desfazer a história. Lisboa. nº 13, 1994. p. 23-35., p. 24.
- ^{ix} MATTOSO, José, Op. Cit, p 23.
- ^x MATTOSO, José, Op. Cit, p. 25
- ^{xi} MATTOSO, José, Op. Cit, p. 27
- ^{xii} MATTOSO, José, Op. Cit, p. 27
- ^{xiii} Rei de Portugal (Lisboa 09.10.1261-Santarém, 7.1.1325). Filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, subiu ao Trono, por morte de seu pai, em 16.2.1279. Faleceu com 64 anos, dos quais reinou. 46. Era difícil a situação do reino, à data da sua elevação ao Trono. PIMPÃO, João da Costa. In **Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura**, v. 23.
- ^{xiv} ALMEIDA Fortunato de **História de Portugal**. Coimbra : Editor Fortunato de Almeida, 1922, 2 vs. Tomo I.
- ^{xv} ALMEIDA, Fortunato. Op. Cit., p. 236.
- ^{xvi} Aio era o nome dado para os preceptores que as crianças de famílias mais abastadas, geralmente, recebiam na França.
- ^{xvii} Essas famílias eram consideradas modelo por serem reconhecidas socialmente por seus bons costumes, por serem cultos, terem uma postura moral respeitável.
- ^{xviii} ALMEIDA, Fortunato. Op. Cit., p. 236.
- ^{xix} ALMEIDA, Fortunato. Op. Cit., p. 235.
- ^{xx} ALMEIDA., Fortunato de. **História de Portugal**. Coimbra : Editor Fortunato de Almeida, 1922, 2 vs. Tomo I. Desde os tempos pré-históricos até à aclamação de D. João I (1385).. p. 236.

Recebido para publicação em 05-07-13; aceito em 09-08-13